

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FABIANA CRISTINA AMGARTEN**



1290003715



F1

TCC/UNICAMP Am414

**PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA: O PESO DE  
SUA PARTICIPAÇÃO**

2008.02.25.08

**CAMPINAS  
2008**

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FABIANA CRISTINA AMGARTEN**

**PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA: O PESO DE  
SUA PARTICIPAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Educação da  
UNICAMP para obter título de graduação  
em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr.  
Pedro Ganzeli.**

**CAMPINAS  
2008**

## **RESUMO**

No Brasil, desde o Período Colonial nota-se o descontentamento da população perante as relações de dominação e reprodução da ideologia dominante na sociedade através da escola.

Profissionais de educação preocupados com esta questão foram responsáveis por movimentos que resultaram em conquistas relevantes para a atuação da comunidade no processo educativo do país.

A década de 1980 é marcada pelo processo de redemocratização em que ocorreu ampliação da participação da sociedade civil na educação organizada junto ao Estado.

Nos anos 90 com o processo de globalização, as reformas educacionais contribuíram para mudanças significativas, dentre as quais o destaque é para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que define normas da gestão democrática do ensino público na educação básica do país.

Este trabalho teve como objetivo analisar a história da participação dos pais na educação brasileira, verificar o significado da presença dos pais no Conselho de Escola e sua influência na gestão da uma unidade escolar.

Para isso foi feito um estudo de caso numa Escola de Ensino Fundamental da rede Municipal de Campinas/SP, onde observamos e analisamos como a participação nas reuniões do Conselho de Escola acontece e qual é o seu peso nas tomadas de decisões da instituição escolar.

**Palavras chaves:** gestão escolar democrática, pais, família, participação.

UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	ICC/Unicamp
V.....	Am41p
TOMBO.....	3715
PRD.....	129/08
PRECO.....	11,00
DATA.....	09/10/08
Nº CPD.....	15231

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Am41p	Amgarten, Fabiana Cristina. Pais no conselho de escola : o peso de sua participação / Fabiana Cristina Amgarten. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.
	Orientador : Pedro Ganzeli. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1.Conselho escolar. 2. Participação dos pais. 3. Educação. I. Ganzeli, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	08-143-BFE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**FABIANA CRISTINA AMGARTEN**

**PAIS NO CONSELHO DE ESCOLA: O PESO DE  
SUA PARTICIPAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Educação da  
UNICAMP para obter título de graduação  
em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr.  
Pedro Ganzeli.**

**Examinadores:  
Prof. Dr. Pedro Ganzeli**

---

**Prof. Dr. Luís Enrique Aguilar**

---

**CAMPINAS  
2008**

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I: Democracia na escola: antecedentes históricos.....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo II: Conselhos- caminhos da democratização da educação.....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo III: O Conselho de Escola em Campinas- um estudo de caso.....</b>	<b>25</b>
<b>Reflexões finais.....</b>	<b>40</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>42</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

A integração das pessoas envolvidas num mesmo processo educativo exige muito mais que a simples relação informativa, pois estão voltadas ao mesmo sujeito: o educando (DIEZ, 1989).

Em tempos marcados por uma educação voltada para o individual cuja finalidade é o vestibular e/ ou o mercado de trabalho, muitos se esquecem que a escola também é um lugar que prepara para a vida em sociedade. Esse descaso começa com um currículo de essência informativa que ignora a necessidade de formação ética dos alunos, deixando exclusivamente para a família e desprezando a influência da mídia que se sobrepõem a vida escolar. De acordo com PARO (2006) a principal falha da escola parece ser a omissão em educar para a democracia:

“Sabendo da gravidade dos problemas e contradições sociais presentes na sociedade brasileira- injustiça social, violência, criminalidade, corrupção, desemprego, falta de consciência ecológica, violação de direitos, deterioração de serviços públicos, dilapidação do patrimônio social, privatização dos bens públicos e do Estado etc.-, que só fazem agravar com o decorrer do tempo, e considerando que uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece politicamente de modo a solucionar seus problemas se contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos, não deixa de ser paradoxal que a escola pública, lugar supostamente privilegiado do diálogo e do desenvolvimento crítico das consciências, ainda resista tão fortemente a propiciar, no ensino fundamental, uma formação democrática que, ao proporcionar valores e conhecimentos, capacite e encoraje seus alunos a exercer de maneira ativa sua cidadania na construção de uma sociedade melhor” (p.18- 19).

A história da educação no Brasil foi marcada pelo movimento contraditório da manutenção de uma escola para as elites e a luta pela ampliação do direito à educação pelas camadas populares.

A luta pela garantia e ampliação da participação popular na gestão da educação revela-se em diferentes momentos da história da educação, em especial, quando do processo de tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional iniciado em 1948.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961 veio para tornar claro os problemas da educação e foi incluída nas reformas de base reivindicadas por

meio de mobilizações da população que tomaram conta do país no início dos anos 60, conduzindo para a quebra do pacto populista. Com isso, o papel da educação passou a ser difundido como instrumento de mobilização política e de “conscientização”, que serviu de incentivo para diversos movimentos envolvendo a participação da população, em nível nacional. Esse maior envolvimento tinha como objetivo principal melhorar o grau de instrução da população brasileira e com isso contribuir para a formação dos cidadãos do país (AZEVEDO, 2001).

Infelizmente, com o Golpe dos Militares em 1964, o país passou a ser regido de modo autoritário em que qualquer manifestação popular era impedida; ou seja, neste período a democracia na sociedade e por consequência na escola foi brutalmente controlada, tornando-a quase inexistente. No ano de 1967, este governo impõe uma nova Constituição para o país, a qual confirma e institucionaliza o regime militar e suas formas de atuação. Neste ano, a presidência foi assumida por Arthur da Costa e Silva eleito indiretamente pelo Congresso Nacional e seu mandato foi marcado por protestos e manifestações sociais.

Mesmo sob a égide do governo autoritário, existiram experiências participativas na área da educação. ROMÃO (1997) afirma que o Congresso Mineiro de Educação ocorrido no final da década de 70, marcou o início do processo de mobilização de professores preocupados em recuperar as perdas salariais bem como a reorganização democrática das escolas para a melhoria da qualidade de ensino. Com esse evento, ganhou dimensão nacional à idéia de que a implantação da gestão democrática nas escolas passava, obrigatoriamente, pela participação coletiva dos agentes intra-escolares e dos atores extra-escolares (comunidade) no processo de planejamento e implementação de suas atividades.

Com a Constituição Federal de 1988, a participação da comunidade na escola passou a ser um direito da população. O artigo 205 dispõe que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A partir da Constituição de 1988 foi possível observar um aumento da presença da sociedade civil organizada (associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não governamentais, além da família) na gestão da escola pública.

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 que ampliou a descentralização da educação nacional; garantindo a



participação dos pais no Conselho Escolar, por meio do seu artigo 14, inciso II, que reza “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Embora o envolvimento da comunidade com a escola esteja garantido por lei, PARO (2001) explica que os professores acreditam que os pais não participam como deveriam da vida escolar dos filhos por dois motivos: o desconhecimento da importância desse processo e pela falta de tempo livre, visto que a família trabalha muitas horas diariamente, restando poucos momentos para desenvolverem outras atividades. O autor acrescenta ainda, a culpa que os professores e profissionais de educação acreditam ter em relação ao primeiro motivo mencionado, pois, “esse esclarecimento deve caber à escola, mas consideram que a maior dificuldade é trazer os pais para participarem” (PARO, 2001, p.110).

MOYSÉS (1995) também compartilha desta afirmação e acredita que o problema da falta de participação na unidade escolar não está na família, mas sim na escola, que passou a contar com profissionais mal preparados, desmotivados e descompromissados no sentido de não promover mudanças neste ambiente de grande importância para a sociedade. Para ele, falta motivação e preocupação dos profissionais de educação em incentivar e divulgar a existência de um espaço conquistado pelos que realmente querem melhorar a qualidade do ensino público no Brasil aos pais, alunos e comunidade, que podem contribuir com as decisões.

A participação amplia a possibilidade de transformação social, pois, “quando defendemos a participação das camadas populares nos conselhos escolares- um dos mais importantes instrumentos da gestão democrática da escola pública- apontamos para o controle popular de uma das agências públicas mais importantes para a guerra de movimento na luta contra- hegemônica” (ROMÃO: 1997, p.31). Por isso, o Conselho de Escola torna-se, além de um canal de participação, um instrumento de gestão da própria escola. Ele pode ser além de consultivo, como dito acima, deliberativo, o qual possui maior força de atuação e de poder na escola.

O Conselho de Escola para desenvolver melhor suas atribuições, não deve utilizar apenas o contexto local nem o tempo presente como o único referencial. “Precisamos conhecer o passado, entender o presente e projetar o futuro. Somos seres históricos. A realidade é dinâmica e mutável. Estabelecer permanentemente a relação entre a parte e o todo social: os problemas da escola não podem ser vistos de forma desvinculada das determinações sociais mais amplas” (ANTUNES, 2002, p.37).

Apesar de todo avanço observado na educação nacional em relação à participação, cabe questionar até que ponto ela foi efetivada no dia-a-dia da escola.

### **Sobre o tema**

O tema desta pesquisa foi despertado no ano de 2005 quando estagiava numa Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Campinas e descobri este espaço de participação dentro da unidade escolar. No momento, tive a oportunidade de fazer parte deste, juntamente com pais de alunos, professoras, a diretora da unidade bem como a orientadora pedagógica da mesma. Notei, através das reuniões, a influência do poder da diretora, que também era a presidente do Conselho de Escola, perante as decisões, assim como as respostas às perguntas e reivindicações dos outros membros.

Nesse sentido passamos a questionar se o Conselho de Escola está de fato, se constituindo como espaço de exercício da democracia no âmbito da unidade escolar. Neste trabalho, procuramos focar a atuação dos pais dentro deste grupo organizado, verificando se os pais têm poder de decisão neste espaço. A questão norteadora da pesquisa foi: Será que eles são capazes de modificar o que não os agrada na instituição? Foi também foco de nossa análise o modo com que ocorre a atuação dos profissionais de educação e a participação dos pais no Conselho de Escola.

### **A metodologia**

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa cujo foco foram os participantes do Conselho de Escola de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) em Campinas, dando destaque aos representantes de pais. Como diz LUDKE E ANDRÉ (1986): “o ‘significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador” (p.12). Para isso, buscou-se conhecer o modo como os pais atuam neste órgão e se suas idéias são levadas em consideração/ discussão nos momentos de decisão.

Utilizamos o Estudo de Caso compreendendo “o caso” como sendo “sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.17). O interessante é compreender o que este grupo tem de único, particular, bem como suas preocupar com semelhanças com outros casos e situações.

As mesmas autoras defendem a necessidade de passar por três fases para desenvolver um estudo de caso: A primeira é a exploratória, que consiste na familiarização do tema a fim de definir o objeto de estudo. Depois, faz-se a delimitação do estudo, após definir o que será pesquisado, e então, inicia-se a coleta de informações: “a seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.22). Por último, faz-se a análise dos dados: que consiste em juntar o que foi coletado e tornar disponível aos interessados.

O Estudo de Caso promove descobertas, sendo que o pesquisador deve-se manter atento a outros elementos que surgem ao longo do caminho: “O quadro teórico inicial servirá assim de esqueleto, de estrutura básica a partir da qual novos aspectos poderão ser detectados, novos elementos ou dimensões poderão ser acrescentados na medida em que o estudo avance” (LUDKE E ANDRÉ, 1986: 18). Nesta característica estão as descobertas de autores e pesquisas similares que descobri no decorrer da pesquisa, bem como a de fatos presenciados nas reuniões em que estive presente.

No Estudo de Caso há uma variedade de fonte de informação, quando os dados são coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com variedade de informações. “Com essa variedade de informações, oriunda de fontes variadas, ele poderá cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas” (LUDKE E ANDRÉ, 1986: 19).

Essa metodologia utiliza linguagem mais acessível se comparada a outras. “A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada” (LUDKE E ANDRÉ, 1986: 21).

No estudo de caso o leitor pode perceber semelhanças do caso com outros, estabelecendo generalizações e desenvolvendo novas idéias, significados e compreensões.

O trabalho foi organizado com a seguinte estrutura:

**O Capítulo 1: Democracia na escola- antecedentes históricos** traz a história da democracia na educação brasileira. Começando a tratar da escola no século XVII quando foi pensada como agência de apoio à família. Época marcada por um alto índice de analfabetos ao mesmo tempo em que aumentou a influência da corrente liberal que defendia a escolarização para todos. A educação passa a ser vista como um fator de ascensão social. Neste capítulo será analisada a influência das mobilizações da população em defesa da escola pública.

**O Capítulo 2: Conselhos de Escola- surgimento e adaptações**, aborda a participação voltada para os espaços escolares tendo como foco o Conselho de Escola. Analisa o surgimento deste órgão colegiado nas escolas públicas brasileiras, bem como as mudanças que este vem sofrendo, graças às reivindicações e participação de pessoas interessadas em melhorar a educação do país.

A década de 80 do século XX foi marcada por um maior interesse da sociedade civil no setor educacional organizada junto ao Estado; a partir deste envolvimento, mudanças importantes aconteceram. A década de 90 tornou-se um marco importante para a entrada de pessoas não especialistas em educação nas escolas- tal como pais e pessoas envolvidas e/ou preocupadas com a comunidade escolar- a fim de contribuir com o processo educativo das crianças e adolescentes e na gestão escolar.

**O Capítulo 3: A participação no Conselho de Escola- um estudo de caso**, traz a análise do estudo realizado no Conselho de Escola de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) de Campinas. Nessa escola percebemos a presença ativa dos pais na vida do Conselho de Escola. Verificamos que o processo de participação exige um tempo e um espaço, sendo observada certa resistência no âmbito da unidade escolar em relação ao órgão colegiado.

## **CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA NA ESCOLA**

### **ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

“Ela (participação) só é possível em clima democrático. Participação é condição para a gestão democrática, uma não é possível sem a outra. Ambas são o fundamento de um clima organizacional positivo”.

(BORDIGNON E GRACINDO, 2000, p.171)

No Período Colonial brasileiro, a escola tinha como função reproduzir as relações de dominação e a de reprodução a ideologia dominante, idéia que perdurou por muitos anos e ainda continua presente até os dias atuais. O que difere aquele período do que estamos vivendo hoje é que as pessoas não tinham voz e não podiam participar de decisões de grande importância para a vida delas; a Igreja era a responsável por tudo e nem mesmo o Estado podia interferir no processo educativo. A Reforma Pombalina, ocorrida no ano de 1772 no Iluminismo foi um momento em que houve o amadurecimento político da mentalidade burguesa e que junto a filosofia buscou argumentos para romper com uma sociedade estratificada, rumo a uma sociedade livre. (COSTA s/d). No Período Imperial, de acordo com ALVES (2001), nos deparamos com uma análise preocupada em entender a escola como instituição dotada de funções sociais mas, que ainda atendem perfeitamente às necessidades do Capital, ou seja, a participação no processo educativo ainda não ocorria.

A Primeira República (1889- 1930) se instaurou como um movimento militar com o apoio de vários setores da sociedade que se encontrava descontente com o Império, o qual não era compatível com o novo modo de vida: expansão da lavoura cafeeira, fim do regime escravocrata e, por conseqüência, o surgimento do trabalho assalariado, a remodelação material do país - rede telegráfica, portos, ferrovias - e a presença de idéias mais democráticas vindas do exterior. Percebeu-se, claramente, o processo de urbanização do país que levou a mudanças sociais e individuais e uma maior preocupação em relação à necessidade de abrir escolas (GHIRALDELLI JR, 1990).

Neste período, o país contava com aproximadamente 75% da população em idade escolar analfabeta e o ideário republicano com grande influência da corrente liberal, defendia a escolarização para todos, acreditando que a educação era um dos



mecanismos de ascensão social, viável para as classes menos favorecidas, visto que existiria igualdade de oportunidades devido à expansão do ensino público. (GHIRALDELLI JR, 1990).

Durante este período, em termos estaduais ocorreu no Estado de São Paulo no ano de 1920 a Reforma da Instrução Pública que tinha como meta central acabar com o analfabetismo. Porém, ao mesmo tempo que enfatizavam-se a necessidade da educação popular, estavam presentes argumentos preconceituosos a respeito da população em geral:

“o mesmo discurso que exaltava os atributos da educação e sua relevância social produziu o estigma contra o analfabeto desqualificando-o para a vida política e social; isso contribuiu para a produção de um imaginário que reforçava a marginalização da maioria da população brasileira. Essa visão negativa do homem pobre perpassava o próprio entendimento do tipo de educação a ser dada ao povo” (SOUZA, 1998, p.32).

Nesta mesma década também ocorreu em São Paulo a Pioneira Reforma do Ensino, que serviu de motivação e modelo para outros Estados; fora influenciada pelas idéias da Liga Nacionalista que tinha como programa a moralização dos costumes, a verdade eleitoral e o voto secreto (AZEVEDO, 2001 e SOUZA, 1998).

Por conta das crises econômica e política do país ocorreram manifestações operárias que preocupou a classe dominante; isso serviu de incentivo para criar um projeto político pedagógico em que a educação fosse um fator de mudança social. Esse movimento foi denominado de Escola Nova e foi amplamente divulgado pelos profissionais de educação: “Apesar de todas as inovações do pensamento escolanovista ainda encontrava-se enraizada a crença no poder messiânico da educação escolar e também a visão negativa sobre o povo brasileiro” (SOUZA, 1998, p. 41).

Em 1926, ocorreu a maior manifestação do movimento Escolanovista no Estado de São Paulo organizado por Fernando de Azevedo. No entanto, segundo SOUZA (1998), essas novas idéias não conseguiram modificar significamente a política educacional do Estado.

Esse movimento de incentivo da escolarização das camadas populares, não foi acompanhado por uma política de atendimento as necessidades sociais, gerando déficits de vagas nas escolas públicas: “a demanda manifesta assim, a natureza da reivindicação pela educação nesse momento histórico, configurada na luta pelo acesso. Para os pais tratava-se de garantir a matrícula dos filhos” (SOUZA, 1998, p. 51).

Os educadores envolvidos com os princípios liberal- democráticos, conseguiram ratificar o direito à escola básica e explicitaram os instrumentos legais e financeiros para a sua efetiva viabilização na constituição de 1946. Ficou determinado que a União legislaria sobre as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de universalizar o ensino (AZEVEDO, 2001).

Em 1932, na Era Vargas, um grupo de educadores da elite intelectual brasileira, iniciou um manifesto nacional ao povo e ao governo que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Este propunha uma reconstrução educacional de grande alcance e com vastas proporções; houve grande repercussão e motivou uma campanha que deu origem a inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. "Atribuía, em seu art.152, competência recíproca ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, a elaborar o plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, sugerindo ao Governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educacionais bem como a distribuição adequada de fundos especiais". BRASIL- Constituição Brasileira de 1934.

A Constituição determinou que "a educação é direito de todos e deve ser feita pela família e pelos poderes públicos". Com isso, o Estado reconhece também a responsabilidade da família com o processo educativo e posteriormente trará a comunidade para dentro da instituição escolar a fim de contribuir diretamente nas tomadas de decisões por meio da participação.

Já em 1937, a Constituição outorgada pelo ditador Getúlio Vargas, definia que "A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular". E ainda complementa que para as crianças e jovens que não tivessem os recursos para estudarem nas instituições particulares era dever da União, Estados e Municípios oferecerem e de modo adequado. Ou seja, o Estado toma para si a responsabilidade com a educação apenas de casos em que a família não tinha condições de atender as necessidades das crianças; tomando como algo não essencial para se oferecer a toda a sociedade.

No Período Nacional Desenvolvimentista, ocorreu a quarta Constituição da República que voltou a garantir em 1946 a educação como direito de todos e devolveu ao Estado a responsabilidade por ela. Esta constituição foi inspirada na ideologia liberal-democrática e serviu de incentivo a União para encaminhar uma proposta de LDB ao Congresso; após treze anos de tramitação e com diversas discussões entre os

educadores progressistas defensores da escola pública e os conservadores que eram partidários da defesa de privilégios à escola privada. Estas discussões retomaram o debate iniciado na década de 1920, tornando um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação, cujos aspectos ideológicos em disputa eram os mesmos de antes: a investida das lideranças conservadoras contra a ação do Estado na promoção da educação pública para a população (ROMANELLI, 1998).

No final da década de 50, amplia-se a discussão sobre as diferentes formas de organização da instituição escolar, bem como em relação aos novos profissionais que passariam a fazer parte da equipe pedagógica; a fim de contribuir com problemas que surgem no cotidiano da escola. A idéia da introdução do Conselho de Classe passou a ser defendida por educadores brasileiros que conheceram essa experiência em visita à França.

A década de 60 foi marcada por amplas mobilizações na qual as classes populares assumiram pela primeira vez um importante papel na história política através das lutas por reformas de base:

“O fantasma das massas acuou as classes dominantes. A organização dos trabalhadores rurais e suas reivindicações pela reforma agrária ameaçavam as oligarquias tradicionais. A solução adotada para a crise econômica e política é conhecida: a velha via autoritária foi retomada e um golpe militar propiciou a implantação de um regime burocrático-autoritário que teve vigência por vinte anos” (AZEVEDO, 2001, p. 39).

Apesar de o Brasil ter convivido com o regime militar por vinte anos, a sociedade não se calou por completo em relação aos diversos problemas que o país enfrentava e chegou a conquistar alguns direitos.

A Lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 em que trás vários artigos vetados pelo governo- mediante ao período histórico da época- é de grande importância para esta pesquisa pois defende em seu artigo 115 que “A escola deve estimular a formação de associações de pais e professores”. Além disso, a lei defende que a educação nacional deve ser inspirada em princípios de liberdade e em ideais de solidariedade humana e para isso acontecer é necessário contar com a participação da comunidade.

Na Ditadura Militar, imposta ao país em 1964, as manifestações populares que vinham acontecendo foram impedidas de acontecer e somente em 1967, com a promulgação da nova Constituição foi que os movimentos da sociedade voltaram a se manifestar. Porém, em dezembro de 1968, foram novamente proibidos com o decreto



governamental Ato Institucional Número 5 (AI-5) em que as repressões militar e policial tornaram-se mais severas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo todo passa por mudanças culturais. Juntamente com as manifestações de 1968 nota-se um forte questionamento em relação ao comportamento individual, a estrutura familiar, a sexualidade e as instituições. As organizações reagiram a este processo e um dos resultados foi a introdução da idéia de participação como alternativa administrativa e estratégica (GUTIERREZ E CATANI, 2000).

Os conselhos de classe foram incorporados formalmente em grande parte das escolas brasileiras graças ao Projeto de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) e foi regulamentado através do decreto número 63914 de 27 de dezembro de 1968, pelas indicações e normas dos Conselhos Estaduais de Educação (ROMÃO, 1997). A Constituição de 1969 dizia que “a educação é direito de todos e dever do Estado”.

Na década de 70, não ocorreu nenhum fato marcante em que a participação da sociedade civil estivesse envolvida com as questões educacionais, em âmbito federal. Porém, no Estado de Minas Gerais, ocorreu o Congresso Mineiro de Educação- um fato que segundo Romão (1997) marcou o início do processo de mobilização de professores preocupados em recuperar as perdas salariais bem como a reorganização democrática das escolas para a melhoria da qualidade de ensino. Foi com esse evento que, segundo o autor, ganhou dimensão nacional à idéia de que a implantação da gestão democrática nas escolas passava, obrigatoriamente, pela participação coletiva dos agentes intra-escolares e dos atores extra-escolares (comunidade) no processo de planejamento e implementação de suas atividades.

Os Conselhos de Escola na rede de ensino do Estado de São Paulo foram criados por lei através do decreto número 11.625 de 23 de maio de 1978 e foi determinado que os integrantes seriam: o Diretor, o Assistente de Diretor e representantes dos professores; conselho este que tinha caráter consultivo auxiliando no processo de administração da unidade escolar. (ANTUNES, 2002).

Na década de 80, a população, incentivada para participação democrática reivindicou espaços institucionais de intervenção junto aos órgãos governamentais a fim

de contribuir nas tomadas de decisões. Em 19 de dezembro de 1984, o Conselho de Escola foi transformado de órgão consultivo a um colegiado de natureza deliberativa, ratificada um ano depois com a instituição de um Estatuto para o Magistério Paulista (PERINI, 2007).

“o Conselho de Escola passou a ter poder de decisão sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola e a contar com uma composição paritária, ou seja, seria composto por um número igual de pais e alunos, por um lado, e de professores e demais funcionários, por outro” (ANTUNES, 2002, p.21).

A Constituição Federal de 1988 trata da importância da colaboração da família, através da promoção e do incentivo, no processo educativo. O termo colaborar deixa claro o reconhecimento por parte do Estado da enorme tarefa que cabe à sociedade organizada (associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não-governamentais) na formação de pessoas. (MARTINS, 2001). Após a Constituição e com os sistemas de ensino se estruturando e fortalecendo, surge a necessidade de ampliação do espaço de autonomia na escola, “fator gerador de tensões no exercício de poder” (BRASIL A: 2004, p.53).

O processo de globalização, iniciado na década de 90 no mundo, evidenciou no Brasil com a concepção de neoliberalismo introduzida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, influenciando inclusive em relação às Políticas Educacionais Mundial. Ocorreram, a partir desta década, diversos encontros internacionais tal como a Conferência Mundial de Educação em 1990 realizada na Tailândia, declarando proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo entre os adultos até ao final da década. Buscava-se estabelecer os eixos a serem seguidos por toda política educacional mundial: universalização da educação básica; o significado político de uma certa concepção das necessidades básicas de aprendizagem; o papel do Estado e o financiamento da educação; a qualidade na educação enquanto sinônimo de uma percepção limitada de “aprendizagem” e “avaliação”; o papel da solidariedade internacional. Ainda de acordo com esses eixos, o Ministério da Educação (MEC) estabelece o “Plano Decenal de Educação para Todos” (1993-2003), contendo diretrizes políticas, voltadas para recuperar a escola fundamental, tendo compromisso com a equidade e com a qualidade de ensino, além da avaliação dos sistemas de ensino, visando seu contínuo aperfeiçoamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996, lei número 9.394 traz em seu Artigo 14 que os sistemas de ensino irão definir normas da gestão democrática do ensino público na educação básica seguindo os princípios de participação dos profissionais de educação para elaborar o projeto pedagógico da escola, bem como a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996). O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004) surgiu com o objetivo de estimular a criação e a consolidação dos Conselhos Escolares existentes em todo o país para apoiar e impulsionar a democratização da educação e da gestão na escola.

No ano de 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) pelo presidente da república; os dois projetos de lei se diferem muito da proposta inicial elaborada no ano de 1998 nos Congressos Nacionais de Educação por educadores, profissionais de educação, estudantes e pais de alunos. O texto aprovado pelo parlamento torna visível os interesses imediatos do governo, oposto ao que fora decidido no fórum representando a vontade popular e que exigia articulação dos movimentos sociais, o conhecimento detalhado da realidade e a disputa global de propostas e projetos na esperança de mudanças no rumo da educação.

O documento aprovado pelo Ministério de Educação apenas dá continuidade ao que vinha sendo feito pelo mesmo, ou seja, não viabiliza mecanismos de gestão democrática; oposta ao que o PNE da Sociedade Brasileira reivindicava: “escola pública, gratuita, democrática e de exigente padrão qualitativo para todos, a serviço de um projeto de país voltado para o povo brasileiro” (VALENTE e ROMANO, 2002, p.6). No entanto, os documentos aprovados e vigentes são propriamente denominados como meio de formação comum, apontando diretrizes norteadoras do currículo, para adequá-los ao “ideal democrático” e a “melhoria da qualidade de ensino brasileiro”.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo governo Lula que dentre as inúmeras metas está a de envolver todos — pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola. Além deste incluir metas de qualidade para a educação básica, a fim de contribuir para que as escolas e secretarias de Educação se organizem no atendimento aos alunos, também “cria uma base sobre a qual as famílias podem se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade” (BRASIL, portal MEC 20/05/2008), ou seja, pretende

deixar claro tudo o que se passa dentro e fora da escola. O PDE é apresentado no site como de responsabilidade também da sociedade:

“Para que todos esses objetivos sejam alcançados, é necessária a participação da sociedade. Tanto que ex-ministros da Educação, professores e pesquisadores de diferentes áreas do ensino foram convidados a contribuir na elaboração do plano. Para se resolver a enorme dívida que o Brasil tem com a educação, o PDE não pode ser apenas um projeto do governo federal. Tem de ser um projeto de todos os brasileiros.” (BRASIL, portal MEC 20/05/2008).

No documento fica evidente que a educação no país está contando com a grande participação da sociedade civil que também passa a ter responsabilidade ao que vem ocorrendo no processo educacional ao explicitar que pretende melhorar a educação, tornando ainda mais público a realidade das escolas públicas brasileiras e contando com a participação de todos, em especial, com os familiares dos educandos.

PARO (2006) destaca a necessidade de certos elementos indispensáveis para se compreender uma educação para a democracia. São eles: formação intelectual e a informação: a fim de desenvolver a capacidade de conhecer para melhor escolher; formação moral: para obter conhecimentos intelectuais e consciência ética; educação do comportamento: enraizando hábitos de tolerância frente ao diferente ou divergente bem como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação de interesses pessoais ou de grupo para interesses do bem comum.

Uma sociedade democrática necessita antes de tudo, de pessoas capazes de agir democraticamente. Para tanto, a formação deste cidadão que atue numa sociedade democrática, ou seja, que este tenha atos e palavras coerentes é necessário que conviva com profissionais envolvidos com a educação e que também atuem com coerência- desde o trabalho didático- pedagógico (currículos, programas, métodos e organização vertical e horizontal) até a estrutura administrativa (organização do trabalho e distribuição do poder e da autoridade) da unidade escolar. Muitas vezes, os órgãos de ação coletiva tal como Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis mostram-se incapazes de superar obstáculos referente a não participação das pessoas envolvidas.

“Entendida como processo vivo que perpassa toda a vida dos indivíduos, laborando na confluência entre o ser humano singular e sua necessária pluralidade social, ela (democracia) se mostra imprescindível tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual quanto para a convivência livre entre grupos e pessoas e a

solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade” (PARO, 2006 p.32).

A existência do Conselho Escolar se faz de fundamental importância para a democratização da educação e da escola, pois, é uma estrutura participativa que reúne especialistas, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade que queira discutir e acompanhar o desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola a fim de se debater e analisar tomando como referência o momento e a realidade em que vivemos. Além disso, está previsto dentre outros documentos, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que deve ser considerado a autonomia da escola empenhando-se no processo de construção de um projeto político-pedagógico coerente com objetivos e prioridades da comunidade escolar e local.

Segundo MOTTA (2003), para participar do Conselho da escola, não é necessário opinar sobre todos os assuntos, mas sim, ter “algum conhecimento e certas habilidades políticas. Isso varia conforme a amplitude da participação e a natureza das matérias em que se participa” (p.371). O autor também acredita que parte desses conhecimentos e habilidades são adquiridos com a participação e com o desejo de se envolver com a escola, pois, “as mudanças na educação são um assunto de todos. Constituem um tema que se refere a educadores e educandos e, de forma mais geral, educadores e educandos são, simultaneamente, todos os membros de uma sociedade” (MOTTA, 2003, p.373).

No próximo capítulo analisaremos de forma mais detalhada o significado do Conselho de Escola para a gestão no âmbito da unidade escolar.

## **CAPÍTULO 2: CONSELHOS DE ESCOLA – caminhos da democratização da educação**

“A Escola Pública, ao ser chamada a atender demandas da sociedade capitalista que, até então, lhe eram estranhas, foi assaltada pelas mais díspares motivações, provenientes tanto do Estado como da família”  
(ALVES, 2001: 213).

A participação social pode ser compreendida como o próprio processo de criação do homem, pois, o leva a pensar e agir sobre a natureza e sobre seus semelhantes.

O processo de participação é caracterizado por duas bases fundamentais: a afetiva- participamos pelo prazer em fazer coisas com outros e a instrumental- participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos. (NEGRINI, 2004).

A conscientização é o elemento que impulsiona a participação, pois conscientes do processo, o indivíduo se vê na necessidade de ajudar a melhorar os problemas coletivos:

“a sociedade vive para o indivíduo, que vive para a sociedade e a sociedade e o indivíduo vivem para a espécie (...) Assim, verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2001, pp. 54-55).

Na sociedade em que vivemos, muitas pessoas desconhecem que para a escola cumprir bem sua função é necessário que a equipe gestora conheça o que os pais, alunos e demais funcionários pensam a respeito da unidade escolar: o que gostam, o que mudariam, dentre outras questões, pois assim, os representantes do Conselho Escolar tornam-se governantes de fato da unidade escolar. E ao trabalharem juntas, escola e família, a primeira não estará passando parte de suas tarefas de educar aos pais, mas sim, aumentando seu próprio trabalho e responsabilidades a fim de facilitar seu trabalho educativo com os estudantes. E isso, reverter-se-á em benefícios aos próprios usuários (PARO, 2001).

A participação pode ser ensinada e aprendida, e a escola é um dos espaços potenciais de aprendizado deste processo, pois ela atinge grandes grupos de crianças, educadores, funcionários e famílias a fim de viabilizar o processo educativo. Ela



contribuiu para a democratização das relações de poder dentro da escola e isso traz como consequência uma melhoria na qualidade de ensino.

O termo participação é quase sinônimo de democracia, pois, este é compreendido como mediação entre interesses, desejos e responsabilidades dos indivíduos enquanto seres sociais- coletivos (NEGRINI, 2004).

A formação de estruturas participativas, na forma de conselhos, deve ser considerada numa perspectiva histórica, situada no contexto no qual se constituiu essa importante estrutura participativa social e política.

A escola é uma instituição burocrática, pois, possui diversas características de subordinação de acordo com a legislação específica a fim de estabelecer normas gerais, universais e impessoais. BARROS (1995) divide em 4 fases a burocratização do sistema escolar paulista.

#### 1ª fase: de 1892 à 1940

A direção da escola era formada pelo diretor, auxiliar de diretor e órgãos auxiliares como a Congregação, o Caixa Escolar e a Associação de Pais e Mestres. E, em relação à Associação de Pais e Mestres eram “considerados sócios todos os pais de alunos e professores do estabelecimento, além de outras pessoas interessadas pela associação, distribuídas em duas categorias: sócios benemeritos, que ofereciam auxílio pecuniário sensível e sócios auxiliares que, não podendo contribuir economicamente, o faziam sob outra forma qualquer” (BARROS, 1995, p.28- 29). É importante destacar que este órgão era presidido pelo diretor da escola- centralizando o poder da instituição. O processo de participação se dava de modo consultivo e era restrito à pais de alunos e funcionários.

#### 2ª fase: 1940 à 1970

As Associações de Pais e Mestres e as Caixas Escolares tornaram-se obrigatórios nas escolas (à partir de 1941). Esses continuam sendo os mecanismos de participação dos pais ou responsáveis de alunos nas escolas. Até o fim da década de 60 os estudantes garantiam a participação na escola através dos Grêmios Estudantis.

#### 3ª fase: 1970 à 1983

Foi marcada pela criação do Conselho de Escola Consultivo em 1971 cujo presidente era o diretor da escola e contava com o assistente de diretor, coordenador pedagógico, orientador educacional, professor orientador de educação moral e cívica e secretário da escola, além de membros eleitos anualmente: representante da APM, professores representantes de cada série do 1º grau e das áreas curriculares de educação geral e de formação especial do 2º grau e 2 representantes do corpo discente do 2º grau.

Dentre as atribuições deste órgão estava assessorar a escola em relação:

- ✓ “As diretrizes e metas de atuação da escola, às alternativas de solução para problemas administrativos e pedagógicos e ao estabelecimento de prioridades para aplicação de recursos;
- ✓ Às orientações para a integração escola-família-comunidade, através da criação e regulamentação de instruções auxiliares e de programas de assistência social e material aos alunos” (BARROS, 1995, 34).

Foi a partir de 1980 que a democratização da gestão de várias organizações públicas ganhou força e tornou-se um marco importante na história política do país devido a oportunidade de democratizá-lo com o surgimento de novos partidos políticos e sindicatos (BARROS, 1995).

Nessa fase ocorreu modificações nas outras instituições auxiliares tal como a fusão das Caixas Escolares com as APMs, passando a ser obrigatórias em todas as escolas da rede oficial. A principal função era colaborar com a melhora do processo educacional, assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. Os Grêmios estudantis de ensino foram transformados em Centros Cívicos nos níveis de ensino, com diretoria eleita pelos alunos, sob assistência de um orientador e com chapas concorrentes e aprovadas pelo diretor da escola.

#### 4ª fase: à partir de 1984

Esta fase foi marcada pelo discurso de descentralização e democratização do ensino público. O país acabava de sair do período militar, marcado por inúmeras restrições que impediam a participação da sociedade; portanto, a população buscava um maior envolvimento nas tomadas de decisões do país. De acordo com AVANCINE (1990), depois de alguns anos, unindo a Associação Sindical dos Professores da Rede Estadual (APEOESP) e da expectativa criada pelo governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com discurso da participação foi aprovado em 05 de dezembro de 1984 na Assembléia Legislativa o projeto de lei complementar número 19, cujo autor foi o ex-presidente da APEOESP, deputado Paulo Frateschi (PT), que modificou o Conselho de Escola definindo-o como de “natureza deliberativa”.

Foi o mecanismo inovador de participação na história da educação pública, pois, a escola desde 1930 tem sido considerada como interesse do Estado no sentido de controlar o que e como ensinar e não como um direito do cidadão de participar destas escolhas no processo educativo (BARROS, 1995).

Porém, as atribuições foram apresentadas de modo ambíguo podendo ser interpretada erroneamente em relação ao real poder de decisão.



Outra mudança foi a inclusão da participação de representantes de alunos e funcionários, não garantindo ainda a presença dos pais na medida em que reza uma representação da APM. No final de 1985 surgiu uma nova tentativa legal de modificação dos Conselhos de Escola, pelo novo Estatuto do Magistério contando com representantes da Secretaria de Educação e das diferentes entidades associativas das categorias profissionais que compõem a escola. No dia 27 de dezembro de 1985, então, a lei complementar número 444 foi efetivada na Assembléia Legislativa e trouxe novidades: caráter deliberativo, garantia de representação dos pais de alunos para auxiliar nas decisões administrativas e pedagógica, paridade entre elementos “de dentro” e “de fora” da escola, regras mais operacionais no que toca às eleições e mandatos, obrigatoriedade da publicação das decisões do Conselho. Além disso, os membros são eleitos por seus pares, respeitando as devidas porcentagens: 40% dos docentes, 5% dos especialistas, 5% dos funcionários, 25% dos pais de alunos e 25% dos alunos e ficou determinado que o órgão deverá reunir-se, ordinariamente 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente por convocação do diretor da escola ou por proposta de no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Apesar da lei ter sido aprovada e efetivada em Assembléia Legislativa, BARROS afirma que pesquisas da década de 90 apontaram que o Conselho de Escola deliberativo não vinha ocorrendo na prática como deveria: “vêm apontando limites, e algumas vezes a inexistência, de uma participação democrática da ‘comunidade escolar’ no interior deste Conselho, pois em nível do processo decisório, as decisões continuam centralizadas nas mãos dos diretores, a quem cabe, segundo a nova legislação apenas o direito de presidir o referido conselho” (BARROS, 1995, p. 4).

Na perspectiva da APEOESP, “o Conselho de Escola Deliberativo é a única forma de garantir uma efetiva autonomia da escola por cujo meio a classe trabalhadora, a quem é destinada essa escola pública, pode de fato defender seus interesses” (BARROS, 1995, p.94). Por outro lado, diz que o Centro de Professorado Paulista, criado antes da APEOESP entende o fracasso deste novo formato de Conselho como inevitável:

“pois, os pais de alunos, a quem é reservado formalmente um papel importante, constituem uma massa ‘ignara’ sem mínimas condições de deliberar sobre complexas questões pedagógicas. Eis uma das razões pelas quais o CPP [Centro de Professorado Paulista] concebe a presença dos pais de alunos no Conselho Deliberativo como sinônimo de baderna. Como se pode depreender, a concepção que esta entidade faz dos pais de alunos é totalmente diferente do que postula a APEOESP. Aonde um vê

capacidade política, luta política, defesa de interesses de classe, outro percebe ignorância, tumultos, atrapalhação da direção da escola” (p.95)

Foi em 1988, com a Constituição Federal que a participação da comunidade na escola passou a ser um direito da população, a fim de contribuir com esse espaço de grande importância para a formação do indivíduo:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 206- Princípio VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei).

GANZELI (1993) analisa que a promulgação da carta constitucional levou a mobilização de toda a sociedade: as camadas populares, lutando pela institucionalização de seus direitos e as elites, a manutenção e ampliação de seus privilégios.

Em Campinas, a formação dos Conselhos de Escola, foi concomitante a experiência dos Conselhos Populares, estruturas participativas no âmbito da administração municipal, vivenciada no início dos anos 90, na gestão petista.

A formação dos Conselhos Populares foi marcada por disputa de controle hegemônico na implementação de política pública. Nele estavam representadas organizações de moradores com diferentes tendências políticas. Além disso, os representantes do poder legislativo se mostraram bastantes resistentes aos Conselhos Populares, alegando que sobreposição de poderes no município. Essas estruturas participativas favoreceram a população maior conhecimento sobre os processos políticos e administrativos no município.

O processo de formação e implantação dos Conselhos de Escola deixou claro que existem limites e possibilidades no uso destas estruturas participativas. Os limites estariam relacionados aqueles ‘trabalhadores da educação’ que rejeitam qualquer tipo de mudança na estrutura de poder da escola. Já as possibilidades mostraram-se na ampliação de confrontos entre as diferentes organizações populares na luta pelo poder do aparelho do Estado, que contribuíram na participação popular nessas estruturas. (GANZELI, 1993).

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 que ampliou a descentralização da educação nacional; reforçando a participação dos pais no Conselho Escolar, instância máxima de deliberação no âmbito

da unidade escolar, por meio do seu artigo 14, inciso II, que reza “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Apesar das conquistas, podemos ainda observar vários limites na maneira como a participação está sendo concebida pela comunidade escolar. PARO (2001) explica que os professores acreditam que os pais não participam como deveriam da vida escolar dos filhos por dois motivos: o desconhecimento da importância desse processo e pela falta de tempo livre, visto que a família trabalha muitas horas diariamente, restando poucos momentos para desenvolverem outras atividades. O autor acrescenta ainda, a responsabilidade que os professores e profissionais de educação acreditam ter em relação a falta de divulgação desse espaço de atuação. MOYSÉS (1995) considera que a escola de hoje conta com profissionais mal preparados, desmotivados e sem compromisso para melhorar a educação. Além disso, este mesmo autor acredita que é dever da escola conscientizar os pais, no entanto, considera a grande dificuldade em trazê-los para participar.

Tomando por base os estudos de MALAVAZI (2000), podemos identificar três grupos de pais. O primeiro, é formado pelos pais que sempre estão presentes no ambiente escolar. O segundo grupo, pelos que comparecem à escola apenas quando são chamados, como no dia da entrega de boletins dos filhos e no encerramento do ano ou se forem convocados pela mesma a comparecerem; eles não têm iniciativa de visitá-la ou procurá-la, porque alegam que os filhos não têm problema e torna desnecessário procurá-la para ouvirem o que é já de conhecimento. Já o terceiro, é formado pelos pais que comparecem apenas para reivindicar as notas que consideram injustas e não comparecem à escola mesmo sendo convidados. Os pais deste último grupo acreditam que a escola tem função de ensinar tanto o conteúdo necessário para cada fase escolar como comportamento adequado. Para eles, uma escola é boa quando os filhos apresentam boas notas e bom comportamento.

Um dos fatores que pode contribuir para a ausência dos pais nas reuniões do Conselho de Escola é o fato das datas de reuniões não serem previstas em calendário. Pudemos observar em momentos que antecederam o início das reuniões, depoimentos de mães a respeito da data de convocação; algumas chegaram a dizer ter recebido a convocação da reunião no próprio dia ou então, no dia anterior. Além disso, através das leituras das atas pudemos confirmar este fato como justificativa de falta de alguns membros nas reuniões. De acordo com o Estatuto do Conselho de Escola, uma das atribuições deste é que ocorram duas reuniões ordinárias por semestre e reuniões

extraordinárias mediante a convocação da direção da escola ou por proposta de no mínimo 1/3 de seus membros. Porém, pelo fato de não haver um calendário há poucos membros presentes o que resulta nas tomadas de decisões serem feitas sempre pelas mesmas pessoas, normalmente pelos membros da escola. Portanto, é necessário que o gestor trabalhe para resgatar a “democracia perdida” das pessoas em relação à escola; pois a escola não é apenas um aparelho burocrático do Estado, foi uma conquista da comunidade.

No processo de participação, é necessário que se criem oportunidades para que os participantes compreendam seu papel e importância no grupo; pois com isso é possível articular as visões de mundo e os interesses individuais com aquilo que o grupo pretende para a escola, através do diálogo e na busca do consenso.

NEGRINI (2004) afirma que as pessoas entram para o Conselho voluntariamente, porém, há casos de pessoas despreparadas e pouco comprometida que entram para o grupo ou também; pessoas que tenham vontade de participar mas é tímida e tem medo de se expor. Para solucionar este problema, a autora acredita na necessidade de criar estratégias para que os que participam deste órgão compreendam de fato sua importância e influências nas decisões da comunidade escolar. Para isso, é necessário saber o motivo pelo qual as pessoas não participam: que pode ter grande relação processo histórico brasileiro, marcado pelo paternalismo e opressão em participar e se apropriar do que é público.

A participação democrática não ocorre de forma espontânea, principalmente em se tratando de uma sociedade capitalista, com pouca tradição democrática. Portanto, é preciso construir espaços que permitam a convivência democrática, e o Conselho de Escola é um espaço que propicia esta.

Todas as pessoas preocupadas com a educação deveriam ter conhecimento de que:

“A atuação consistente desses Conselhos implica a consideração e o apoio a outras lutas, tais como as desenvolvidas por condições materiais satisfatórias de infra-estrutura das escolas, valorização efetiva dos profissionais da educação (formação continuada e salários dignos), entre outras, que devem ser igualmente fortalecidas e encaminhadas pelos organismos sociais competentes (sindicatos, associações de educadores, entidades acadêmico-científicas da área educacional). Certamente, esse tipo de programa não pode substituir políticas públicas de maior amplitude e alcance, mas ele poderá plantar sementes que alimentarão uma nova prática escolar, prática esta que, a depender da vontade política e da ação concreta dos envolvidos no processo, poderá ter

desdobramentos muito positivos no dia-a-dia das escolas e das comunidades por ele atingidas.” (BRASIL, 2004, P.29).

Nessa perspectiva, os Conselhos Escolares assumem a função de realizar e avaliar o projeto político- pedagógico das escolas acompanhando e interferindo em ações que contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, reunindo os profissionais de educação e comunidade para resolverem situações presentes no ambiente escolar.

“Somente a partir da compreensão do papel da comunidade no processo reflexivo e estrutural da educação é que se torna possível sua mobilização e engajamento para a participação nas formulações e implementação de ações conscientemente construídas para o desenvolvimento do sistema escolar” (BRASIL A, 2004, p. 57).

Para isso, é preciso que tenha membros participativos neste órgão a fim de que atuem como representantes compromissados e que saibam perceber as prioridades do momento. Além disso, deve saber ouvir e dialogar, respeitando as decisões da maioria, mas também contribuindo com opiniões e propostas. Afinal, este é um espaço de participação e, portanto, um exercício de liberdade.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares dá algumas dicas para que haja uma boa participação efetiva dos conselheiros:

- escolher BEM os representantes;
  - participar das decisões em igualdade de condições;
  - informar com antecedência a pauta da reunião;
  - expressar sempre as opiniões, mesmo se contrárias às do grupo;
  - garantir o respeito às decisões tomadas;
  - convocar reuniões extraordinárias para assuntos urgentes”
- (BRASIL, A, 2004, p.53- grifo no original)

O Conselho de Escola é um espaço de grande importância para a busca de transformações no cotidiano escolar com o objetivo de construir uma sociedade igualitária e justa, que passe a exercer mais a autonomia. AVANCINE (1990) mostra que existem algumas experiências bem sucedidas de participação da comunidade escolar.

FREIRE s/d afirma que cidadão é o ser político capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente. Assim, deveria ser todos os membros da sociedade a fim de lutarmos por um mundo melhor. O Conselho de Escola é um lugar para iniciar essa transformação através da escola e que pode como consequência, modificar também a comunidade ao entorno dela mediante ao envolvimento que se tenha.



“Conselho e escola não são entidades distintas, mas integram uma única intencionalidade. Assim, o Conselho Escolar não atua complementarmente, nem é superestrutura, dotado de personalidade jurídica independente, mas se insere na institucionalidade e na própria estrutura de poder da escola. O poder de decisão, situado na estrutura institucional, constitui o âmago do próprio princípio da autonomia da escola, consagrado no art. 15 da LDB, e condição essencial para a gestão democrática” BRASIL, 2004, p, 54).

O Conselho de Escola das unidades educacionais de Campinas foi criado pela lei número 6.662 de 10 de outubro de 1991 e determina sua constituição, seus objetivos e suas competências. Em seu 6º artigo trata dos objetivos para a construção de uma gestão mais democrática na unidade:

“I- o conselho de escola deve ser a base de democratização da gestão do sistema municipal de ensino, com a participação ativa do munícipe, como sujeito do processo educacional;

II- propiciar a mais ampla participação da comunidade no processo educacional da unidade, reconhecendo o seu direito e o seu dever quanto a isso;

IV- Contribuir para a qualidade do ensino ministrado na unidade;

VIII- ser uma das instancias da construção e do exercício da cidadania”.

No próximo capítulo analisaremos a dinâmica de um Conselho de Escola em uma Escola Municipal de Educação na cidade de Campinas.

### **CAPÍTULO 3: O CONSELHO DE ESCOLA EM CAMPINAS- UM ESTUDO DE CASO**

Um conselho de escola participativo é processo e resultado da gestão democrática, à medida em que, a escola vai tornando-se ‘uma casa da comunidade’ (Paulo Freire)

Para que a escola cumpra bem sua função é necessário que a equipe gestora conheça o que os pais, alunos e demais funcionários pensem a respeito da unidade escolar: o que gostam, o que mudariam... pois assim, os representantes do Conselho Escolar tornam-se governantes de fato da unidade escolar. E ao trabalharem juntas, escola e família, a primeira não estará passando parte de suas tarefas de educar aos pais, mas sim, aumentando seu próprio trabalho e responsabilidades a fim de facilitar seu trabalho educativo com os estudantes. E isso, reverter-se-á em benefícios aos próprios usuários (PARO, 2001).

A participação amplia a possibilidade de transformação social, pois,

“quando defendemos a participação das camadas populares nos conselhos escolares- um dos mais importantes instrumentos da gestão democrática da escola pública- apontamos para o controle popular de uma das agências públicas mais importantes para a guerra de movimento na luta contra- hegemônica” (ROMÃO, 1997, p.31)

Segundo MOTTA (2003), para participar do Conselho da escola, não é necessário opinar sobre todos os assuntos, mas sim, ter “algum conhecimento e certas habilidades políticas. Isso varia conforme a amplitude da participação e a natureza das matérias em que se participa” (p.371). O autor também acredita que parte desses conhecimentos e habilidades são adquiridos com a participação e com o desejo de se envolver com a escola, pois, “as mudanças na educação são um assunto de todos. Constituem um tema que se refere a educadores e educandos e, de forma mais geral, educadores e educandos são, simultaneamente, todos os membros de uma sociedade” (MOTTA, 2003, p. 373).

O Conselho de Escola para desenvolver melhor suas atribuições, não deve utilizar apenas o contexto local nem o tempo presente como o único referencial.

“Precisamos conhecer o passado, entender o presente e projetar o futuro. Somos seres históricos. A realidade é dinâmica e mutável. Estabelecer permanentemente a relação entre a parte e o todo social: os problemas da escola não podem ser vistos de forma desvinculada das determinações sociais mais amplas” (ANTUNES, 2002, p.37).

De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, os Conselhos Escolares

“devem se reunir com periodicidade: sugerem-se reuniões mensais, com uma pauta previamente distribuída aos conselheiros (é fundamental que as relações entre o Conselho Escolar e outros poderes constituídos- como direção e outras instâncias de poder na comunidade escolar- traduzam uma convivência harmônica e co-responsável. Embora sendo um núcleo de poder, os Conselhos Escolares não devem assumir, por definição, um papel de ‘oposição’, às direções das escolas), para que possam, junto a cada segmento escolar e representantes da comunidade local, informá-los do que será discutido e definir em conjunto o que será levado à reunião. Os conselheiros devem convocar novamente os segmentos que representam para informar a respeito das decisões tomadas” p.49

Além disso, afirma que tanto as assembleias como as reuniões do Conselho de Escola devem contar com a presença de maioria dos representantes e registrar em atas as discussões, votações e decisões, que após serem aprovadas e assinadas pelos membros ficarão disponíveis a comunidade escolar.

Na cidade de Campinas, de acordo com GANZELI (1993), a primeira proposta de participação popular na educação foi elaborada pelo vereador Ricardo Galleta (Partido dos Trabalhadores- PT) no mês de fevereiro de 1986. O projeto de lei propunha a formação de Conselho de Escola com caráter deliberativo nas escolas da rede municipal de ensino. A proposta foi criticada pela Assessoria de Projetos Comunitários- órgão de governo municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pois, acreditava que não deveria criar mais um órgão burocrático, mas cumprir os já existentes como era o caso das Associações de Pais e Mestres (APMs).

Em março do mesmo ano, Galleta protocolou na Câmara Municipal outro Projeto propondo a criação de um Conselho Municipal de Educação com caráter deliberativo; que também não foi aprovado pela Câmara Municipal.

Outra tentativa de organização das escolas foi as reuniões do Conselho Central das APMs, criada no governo do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) de 1983 a 1986. Nessas reuniões os participantes que representavam as escolas municipais discutiam sobre a institucionalização do órgão, a fim de ter caráter deliberativo. As minutas do projeto foi encaminhado em maio de 1986 propondo a sua legalização juntamente com as APMs.

Posteriormente, a Administração Municipal tentou ampliar a participação popular através de decretos, propondo a institucionalização do Conselho Central das



APMs e a criação dos Conselhos de Escola que seriam eleitos por membros das APMs. No entanto, não foram aprovados pela Câmara Municipal.

Por fim, os Conselhos Centrais das APMs, com início em 1987 e término em 1989 com a mudança do prefeito e desativação do Conselho Central das APMs, caracterizou-se pela conscientização de pais e professores visando ultrapassar as questões “reivindicatórias” para questões pedagógicas.

Em julho de 1988, realizou-se o I Fórum de debates sobre a Educação cujo tema foi: “Democratização do Ensino Público: conflitos e caminhos”. Neste, discutiu-se a respeito de aspectos de infra-estrutura, pedagógicos, administrativos, curriculares, metodológicos e pontos de maior conflito nas escolas municipais. Na plenária foram apresentadas propostas de modelos de Conselho de Escola:

- ✓ Conselho de Escola soberano e deliberativo;
- ✓ Conselho de Escola soberano e deliberativo, nos moldes do Estado, quanto ao número de representantes;
- ✓ Conselho de Escola participante e ativo, com poder consultivo;
- ✓ Conselho de Escola atuante e consultivo.

Antes mesmo de a lei ter sido aprovada, os debates sobre a participação na unidade escolar ocorriam de forma sistematizada entre os educadores municipais que buscavam criar um órgão representativo nas unidades escolares que contava com a participação da comunidade.

Em 1991, foi aprovada pelo prefeito da cidade, Jacó Bittar, a lei de número 6.662 de 10 de outubro de 1991 em que foi criado o Conselho de Escola nas unidades educacionais da rede municipal de ensino de Campinas. Dentre os objetivos estão: o de ser a base de democratização da gestão do sistema municipal de ensino, propiciando a participação da comunidade e assim, contribuir com o processo educativo; visto que é dever e direito da população. De acordo com a lei, as atribuições deste órgão definem em função da realidade das escolas da rede municipal a organização do próprio Conselho de Escola e das competências dos profissionais atuantes na Unidade Escolar.

O Artigo 7º reza as atribuições e competências dos Conselhos de Escola:

“I - Deliberar sobre:

- a) as diretrizes a serem seguidas e metas a serem alcançadas pela unidade educacional;
- b) a captação e o investimento de recursos próprios da unidade;
- c) a criação e as normas regulamentares dos organismos auxiliares da

unidade que venham a ser criados;

- d)** os projetos, a ação e as prioridades dos organismos auxiliares que existam na unidade;
- e)** projetos de atendimentos integral ao aluno, no campo material, psico pedagógico, social ou de saúde;
- f)** programas regulares ou especiais que visem a integração escola-família-comunidade;
- g)** alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica;
- h)** atividades extracurriculares e extraclases que visem um maior aprimoramento do educando;
- i)** a organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes, de acordo com as orientações fixadas pela Secretaria Municipal de Educação:

**1 .** aprovando medidas adotadas pela escola quanto ao atendimento e acomodação da demanda, turno de funcionamento, distribuição de séries e classes por turnos, utilização de espaço físico;

**2 .** fixando critérios para ocupação do prédio escolar e suas instalações, e condições para sua preservação, bem como para cessão a outras atividades que não de ensino, de interesse da comunidade;

**3 .** analisando, aprovando e acompanhando projetos pedagógicos propostos por iniciativa dos professores e especialistas da própria escola para serem nela implantados.”

A lei também determina o número de componentes em seu Artigo 8º, que pode ter no mínimo 9 (nove) e no máximo 39 (trinta e nove) conselheiro além do diretor da respectiva unidade. Este número é determinado pelo número de classes ou turmas existentes e consta no 9º artigo desta lei. São considerados Conselheiros membros representantes dos alunos, docentes, pais de alunos e funcionários da mesma (vinculados à Unidade Escolar) bem como um representante da Associação de Moradores dos bairros atendidos pela Unidade Escolar, desde que esteja devidamente registrada.

Como a escola estudada contém mais de 30 classes ou turmas, o número correspondente de Conselheiros é 39 e deve obedecer a seguinte proporcionalidade, como consta no Artigo 10:

“Nas Escolas de 1º Grau:  
40% (quarenta por cento) de docentes;  
05% (cinco por cento) de especialistas de educação;  
05% (cinco por cento) dos demais funcionários;  
25% (vinte e cinco por cento) de pais e alunos;  
25% (vinte e cinco por cento) de alunos”

A composição do Conselho de Escola bem como as datas das reuniões ordinárias deverão ser remetidas à Secretaria Municipal de Educação e serão afixadas em local visível para que todos estejam cientes, até no máximo 5 (cinco) dias úteis após sua eleição.

O artigo 16 reza que as reuniões ordinárias do Conselho de Escola terão periodicidade bimestral, com calendário anual de reuniões já marcado antecipadamente no ato da posse. A lei também deixa claro que os Conselheiros suplentes poderão participar de todas as reuniões sem direito a voto, exceto quando estiverem substituindo Conselheiros efetivos.

Poderá haver reuniões em qualquer época, mediante a convocação por escrito e individualmente a cada um dos Conselheiros efetivos ou suplentes e de no mínimo 72 (setenta e duas horas) antes da reunião e acontecer em horário idêntico ao estabelecidos pelas ordinárias, as quais serão de caráter extraordinário. Essas podem ocorrer, de acordo com o Artigo 19, a pedido:

- I - Do Diretor da Escola;**
- II - De 1/3 (um terço) dos Conselheiros efetivos, em requerimento dirigido ao Presidente, especificando o motivo da convocação;**
- III - Do Conselho das Escolas Municipais”**

O Conselheiro efetivo que faltar a duas reuniões sucessivas e sem justificativa por escrito, deverá ser substituído por seu suplente mediante comunicado escrito pelo Diretor da unidade. As reuniões também devem ter sempre pauta elaborada e aprovada no início da mesma, sempre constando no livro ata, assinado por todos os membros presentes. (CAMPINAS, Lei 6.662/ 91).

Buscamos conhecer a prática de um Conselho de Escola por meio de um estudo de caso realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Vicente Ráo localizada num bairro antigo da região Sul da cidade de Campinas.

### **Processo da pesquisa**

Inicialmente, fizemos o levantamento bibliográfico na Revista Educação e Sociedade que consistiu em selecionar artigos relacionados com o tema escolhido. Com auxílio da internet, mais especificamente através do site: <http://www.scielo.br/>, foi analisada as revistas Educação e Sociedade do ano de 2006, 2005 e 2004, sendo localizados os artigos através dos títulos. Depois foram selecionadas as publicações através das seguintes palavras-chaves: gestão escolar; democratização; pais; família;

participação; e Projeto Político Pedagógico, sendo elaborada um quadro que possibilitou uma maior organização para um estudo posterior (ANEXO 1). Após a leitura dos resumos dos artigos encontrados, foram descartados 6 dos 16 artigos selecionados (registrados em negrito) por não relacionar diretamente com o tema de nossa pesquisa. Foi realizado um fichamento (ANEXO 2) das leituras realizadas. Realizamos ainda, como parte do estudo bibliográfico outras referências tal como 15 (quinze) livros, 4 (quatro) Dissertações e 1 (uma) Tese. Fizemos também o estudo de seis apostilas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004) com o qual pudemos perceber a grande importância dos Conselhos de Escola na formação de cidadãos; visto que este órgão é de fundamental importância para a democratização da educação e da escola. O Conselho de Escola se reúne no mesmo espaço e conta com pessoas com formações e visões diversificadas: diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade e que gera discussões sobre assuntos colocados em pauta. Além disso, é uma oportunidade para os membros que não participam do cotidiano escolar diariamente poder acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola; este é um espaço em que eles podem opinar e sugerir mudanças.

A escola em que realizamos o estudo de campo foi escolhida pelo fato de possuir um Conselho de Escola atuante, conforme indicação de pesquisa previamente realizada na unidade escolar (GANZELI, 2005). Após a escolha, tive a oportunidade de conhecê-la através de visitas e leituras de produções dos profissionais de educação que trabalham na unidade escolar.

Fez parte da pesquisa observações de reuniões do Conselho de Escola, dentre elas está uma reunião do Conselho de Escola de modo ampliado, que ocorreu numa manhã de setembro de 2006 e os alunos foram dispensados das aulas. Na ocasião todos os pais de alunos foram convidados a participar a fim de discutir dentre outros aspectos, a experiência da escola de 5 horas, adotada naquele ano na EMEF estudada. Estivemos presente também na última reunião do Conselho de Escola de 2005, em que foi tratada as questões relacionadas à estrutura física da unidade (pintura, alambrado, laboratório de Informática e de Ciências), caixa escolar do ano todo e a respeito da Escola de 9 anos que deu início em 2006 na unidade escolar. Nesses momentos em que estive com a comunidade escolar, observei e participei de conversas informais com os membros do Conselho de Escola, fiz cópia (mediante autorização do presidente do Conselho) e estudei o livro de atas do órgão (29 atas datadas desde 2002 até a reunião de dezembro

de 2006). Outra fonte documental que havia na escola era o Jornal ViRa- notícias que traz o CANTINHO DO CONSELHO DE ESCOLA- em que torna público o trabalho do Conselho. Tivemos o contato com apenas um exemplar, correspondente ao segundo semestre do ano de 2006.

### **A escola Vicente Ráo e sua realidade**

A EMEF Vicente Ráo, como as demais escolas públicas de Campinas, conta com o Conselho de Escola para tomar decisões coletivas e de relevância para a unidade escolar. Este capítulo traz acontecimentos registrados em atas bem como as análises feitas mediante a coleta de dados- atas de 2002 à 2006- e participação de reuniões do Conselho de Escola da EMEF no ano de 2006, dando destaque aos momentos de participação dos pais que compuseram este órgão durante o período em questão.

A escola localizada num dos bairros mais antigos e tradicionais de Campinas, o Parque Industrial, fundado por algumas famílias e que com o passar do tempo foi se tornando auto-suficiente para locação atraindo pessoas de outros municípios e também de outros bairros. Com isso, a escola passou a receber alunos com características sócio-econômicas variadas além de atender crianças que residem em bairros vizinhos da escola. Este fato é percebido na época do cadastro por transferência através dos registros de famílias que chegam ao bairro vinda de outras cidades de São Paulo e também de outros Estados do país. (CAMPINAS, 2005).

A EMEF fica próxima a Avenida Amoreiras, que liga o centro a diversos bairros e que portanto, conta com muitas linhas de ônibus que facilita o acesso de alunos que não moram no bairro embora o atendimento se dá preferencialmente aos moradores do bairro- de acordo com orientação dos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação cujas regras são publicadas em Diário Oficial do Município bem como outros critérios formulados pelo Conselho de Escola da unidade escolar todos os anos, tal como prioridade para alunos que já tem irmãos estudando na escola, cujos pais trabalham próximo da escola. A unidade escolar estudada é bem conceituada na Rede Municipal e que, portanto, a procura por ela é grande.

A escola atende alunos do 1º ao 9º ano. Conta com um amplo refeitório, um auditório para 100 pessoas- usado a partir de 2008 como sala de aula- em que é emprestado para a comunidade escolar para realizar reuniões e eventos, além de ser usado pela escola em momentos em que há apresentações, por exemplo.



Além disso, possui sala de informática e uma ampla área aberta (bem arborizada e com mesinhas debaixo de árvores na frente da biblioteca). Possui ainda um campo de terra batida e uma quadra de esportes descoberta.

Os alunos atendidos pela escola não podem ser considerados carente, pois, conseguem adquirir sem problemas os materiais solicitados, a grande maioria vem de carro ou transporte escolar, fazem cursos extra curriculares (inglês, informática, cursos preparatórios), contribuem espontaneamente com a Associação de amigos da Escola, possuem computador.

A escola trabalha com a construção de um espaço democrático. Nela, possui um Conselho de Escola atuante cujas decisões são tomadas pelo grupo, ou seja, pela “vontade coletiva”. Apresentamos a seguir o que traz as atas do período estudado, bem como as observações realizadas, ambas juntamente com uma análise.

### **Estudo de atas**

As atas estudadas datam do período de 06 de junho de 2002 à 25 de maio de 2006 e teve como objetivo conhecer melhor as características deste órgão bem como atentar para as modificações que sofreram ou notar a permanência de alguns pontos/participantes. Destacamos aqui que em Campinas, diferente do que ocorre na rede Estadual, o presidente do Conselho de Escola deverá ser escolhido entre os membros do colegiado, fato que favorece a autonomia do grupo e das decisões tomadas.

No total foram analisadas 29 atas que contém reuniões periódicas e extraordinárias, na qual em apenas 16 contém dados a respeito da fala dos pais, sendo que em grande parte dessas participações foi o presidente do Conselho de Escola- que atuou com tal função por todo período analisado- que se manifestou. Embora em todas as reuniões estivessem presentes pais de alunos, em algumas não ficou registrada a participação deles. A quantidade de pais também não foi citada, pois, de acordo com a assinatura, não conseguimos identificar de quais representantes elas se referiam. Destacamos que as informações contidas neste documento aparecem de forma sucinta e trata de questões administrativas e pedagógicas.

Um professor que participa do Conselho de Escola desde o início dos estudos das atas em 2002 solicita na reunião de 25/07/2002 motivação para que os pais venham na reunião, mas diretora responde que a convocação é feita com bastante antecedência e mudou de assunto. No fim, retomam porque necessitam de pessoas para colaborarem com a festa junina. Nesta mesma reunião um pai falou do projeto da construção da nova

biblioteca que já havia sido solicitado pela diretora há alguns meses (como consta a ata), mas falam que com a verba FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento) mais a da prefeitura não terá condições de fazer.

No fim do ano de 2002, trocou a diretor e a presidente do Conselho de Escola, que foi anunciada numa reunião extraordinária. A reunião também foi marcada pela reivindicação, por professores e alunos, de mais verbas para os ambientes da escola tal como ventiladores, lixeiras e pintura. Pai aproveitou a reunião para retomar o assunto da biblioteca e fala da sala de computadores, ambas voltadas para o uso da comunidade.

Em 11/12/2002, aconteceu outra reunião extraordinária que se abordou a confraternização de final de ano dos funcionários da escola. Foi dito que alguns funcionários não tem possibilidade de pagar e foi sugerido que o Conselho Escolar ajudasse no pagamento de algumas despesas. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

No início de 2003, houve uma reunião extraordinária para decidir os critérios para transferência de alunos. Dois pais sugeriram a questão dos pais que trabalham no bairro e a sugestão foi aceita. Além desta, dois outros critérios foram estabelecidos pelo Documento Oficial de 05/12/2002 e mais quatro por outros membros presentes.

Outra reunião no início deste ano foi feita e nela apresentou os balancetes de APM e da Conta Escola, além de ser feita a divulgação do calendário da Secretaria Municipal para participar do Conselho de Escola num grande âmbito de acordo com a proposta do Conselho “maior” e a modificação dos Estatutos das Escolas. Também se falou de quantos e em quais proporções de participantes o Conselho de Escola é formado. A reunião que definiu os integrantes do grupo neste ano ocorreu em 27/02/2003.

No dia 24/04/2003, uma após a reunião das eleições, surgiu uma discussão sobre a reeleição do pai como presidente do Conselho e sugeriram outra pessoa (jurídico e cartório) para dar parecer definitivo. Também foi discutida a festa junina e especialmente a constituição da comissão de barracas. Sobre o assunto da reeleição, nada mais foi registrado em ata; o que deixa a entender que o pai eleito presidente, permaneceu no cargo, pois se não, haveria um momento para se decidir quem assumiria a presidência deste órgão e o nome do novo presidente deveria conter em ata.

No dia 28 de agosto do mesmo ano foi posto em questão a organização da escola: proposta de dar folgas para pessoal da limpeza, sobre as aulas de educação física (espaço físico aberto, que afeta em dias de chuva), sobre o trânsito nas proximidades da

escola nos horários de entrada e saída, além do fim do período intermediário. De acordo com os pais presentes, esta reivindicação era antiga e ficaram contentes com a decisão tomada. A respeito das folgas para o pessoal da limpeza, as mães do Conselho de Escola se comprometeram a fazer uma seleção em setembro para dar folga para as meninas da limpeza. Constava na ata também o desejo de os pais doarem o armário da biblioteca, mas não se fez nenhuma votação ou tomou-se qualquer decisão.

A direção da escola comentou sobre o agrupamento da educação infantil que vira para a escola e discutiram a respeito da vinda dessas crianças de 06 anos para a EMEF e sobre os benefícios e entraves para recebê-las.

Na reunião de 06/11/2003, foi exposto o problema da falta de secretária na escola, o que está gerando acúmulo de atividades devido a matrícula de alunos. Três pais decidiram montar uma comissão e se propuseram a fazer carta de reivindicação e levar pessoalmente na Secretaria de Educação.

Em 03/02/2004, foi realizada a eleição do Conselho de Escola no qual se elegeram como presidente e vice-presidente representantes de pais de alunos. O presidente, que permanece o mesmo, aproveitou a oportunidade para falar das funções do Conselho de Escola e relatou a importância do Conselho de Escola de todas as escolas municipais.

Na reunião de 13/04/2004, um professor sugeriu montagem de agenda de reuniões com temas relacionados ao funcionamento da Unidade Escolar e pai reforça a necessidade de falar mais sobre a função do Conselho de Escola. O presidente pediu a palavra para agradecer a indicação de seu nome para presidente do órgão e ressaltou a importância de ter um pai neste cargo. Acrescentou o desejo de haver reuniões mensais, mesmo não tendo muitos presentes na reunião. Outro pai sugere colocar uma caixa de sugestões na escola visando um bom funcionamento. Professor salientou importância de sugestões do Conselho de Escola e presidente disse “Quanto melhor a gestão do Conselho, com certeza teremos maiores adesões de pais”. Finalizou a reunião com votação de reuniões mensais e ficou decidido que elas serão mensais até a festa junina e ficou definida para o dia 19/05 e 17/06 das 19h30 às 21hs, bem como a pauta.

Na reunião de 19/05 o presidente levantou a falta de integração e participação entre pais e professores e ressaltou a importância do Conselho de Escola. A reunião do dia 17/06 não consta na ata, o que leva a crer que por falta de participantes na primeira, a segunda foi cancelada, pois, a ata seguinte é do dia 04/08/2004 e é marcada pela fala da diretora a respeito de uma verba que o governo deu. Uma mãe pergunta se esta



pagará o passeio de todos alunos da escola, mas a diretora esclarece que isso é feito com o dinheiro de APM e que só consegue fazer isso com os alunos de 1ª a 4ª série, que são os que mais contribuem.

Na eleição para membros do Conselho do ano de 2005, novamente o pai-presidente foi reeleito. Em 31/03/2005, pai sugere construção de muros, devido problemas com alambrados externos porém, a diretora disse que não tem permissão da Secretaria Municipal de Educação. Nesta mesma reunião pai sugere lista de prioridades para resolver problemas. A reunião termina com a apresentação do projeto GERES (Geração Escolar- desenvolvido por um grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da UNICAMP) que avaliará como os alunos da escola estão em relação aos demais alunos da rede estadual e particular e pais aprovam este projeto na escola.

Em 29/08/2005, houve uma reunião em que se discutiu o Planejamento Participativo e a escola de 9 anos com hora/aula de 50 minutos que será implantada na escola no ano de 2006. O pai-presidente do Conselho desabafou dizendo que está triste em ver hoje a sala lotada para discutir assunto polêmico e nas outras reuniões, quase ninguém presente.

Na reunião seguinte, datada de 30/11/2005, foi iniciada com prestação de contas referente ao ano que está sendo finalizado e comentado a respeito da previsão de gastos para 2006, que segundo a diretora serão maiores devido a reorganização da escola (pois, a escola receberá alunos de 06 anos, conforme discutido na reunião anterior). Além disso, na reunião uma mãe elogiou o trabalho de Orientação Sexual desenvolvido pela escola. Uma professora colocou sobre o pouco envolvimento de alunos e papel dos pais no processo educativo e a diretora respondeu que isso ocorre devido a grande presença de alunos cujas famílias são desestruturadas e isso influencia no âmbito escolar. A diretora propôs a participação de todos no Conselho de classe- pais e alunos, mas a mesma mãe disse que “isso nos foge de controle”.

Na reunião seguinte, 23/02/2006, foi feita a eleição do Conselho de Escola. Além disso, discutiu-se a questão da convocação para as reuniões do Conselho serem feitas com antecedência. Professor diz que o fato de a diretora da escola não ser presidente do Conselho é um ganho para a escola e propõe que se estude o Estatuto do Conselho.

Na reunião de 23/03/2006, houve grande participação dos pais. No começo, um professor comentou a respeito de um curso de formação para conselheiros que é dado pela Secretaria Municipal de Educação e ressaltou a importância dele para aprendermos

idéia e disse que a presença de estranhos tumultuariam e os professores não gostariam deles em sala de aula.

### **Análise das atas**

De acordo com as atas podemos verificar que embora no início de cada ano sempre tenha muitos interessados em participar do Conselho de Escola, os membros escolhidos acabam não participando com assiduidade desejada. Nota-se em vários momentos que os próprios participantes envolvidos há mais tempo com o órgão e que tem consciência de seu papel cobra alguma atitude para que se aumente a participação e comprometimento das pessoas nas decisões tomadas. O próprio presidente, que atuou em tal cargo desde o início do período estudado, mostra-se indignado em relação a falta de coro nas reuniões cujas pautas não são tão polêmicas.

Fica evidente também uma maior participação com as questões administrativas (tal como a participação nas festas juninas, verbas recebidas, falta de materiais, reformas e construção de salas, falta de profissionais para atuar na escola, dentre outros) e menos com a parte pedagógica (mudanças de faixa etária atendidas na escola, tempo de aulas, conhecer “caixa preta” da educação). Talvez isso aconteça pelo fato de os pais não conhecerem muito bem os documentos que regem o processo educativo e não saberem no que podem contribuir, como é o caso do Projeto Político Pedagógico.

### **Observações das reuniões**

#### Primeira reunião

No dia 11 de setembro de 2006, participamos da reunião do Conselho de Escola na Unidade Escolar estudada, que foi uma reunião ampliada, porque nela não estava reunida apenas os membros do Conselho, mas pais e responsáveis dos alunos; pois o convite fora ampliado a fim de avaliar a Escola de 5 horas e opinar sobre a continuidade ou não do projeto na unidade.

No início da reunião estava presente cerca de 70 pessoas- entre eles estavam professores, pais e alunos- e terminou com aproximadamente 90 pessoas. A reunião foi iniciada com exposições da diretora sobre os trabalhos desenvolvidos nesta uma hora a mais de permanência na escola e a importância de consultar os pais nesta decisão. Também foi apresentado via projeção e lido a Proposta de Governo vigente do ano de 2005 ao ano de 2008. Para ampliar o direito de fala dos participantes, as pessoas foram separadas em grupos formados aleatoriamente, a fim de discutir os pontos positivos e

negativos da escola de 5 horas e trazerem por escrito num documento, recolhido pela direção, além de socializar com todos os presentes uma conclusão do grupo.

Nos pequenos grupos foi discutido a questão da qualidade da merenda oferecida na escola e o horário da mesma; sobre alguns reparos que desejariam que fizessem tal como o conserto do alambrado, fazer coberturas para as quadras, construção de novas salas; a questão da limpeza; segurança; falta de funcionários na Biblioteca; sobre a Jornada Especial que contém atividades como a Fanfarra, Francês, Jornal, Informática; os Projetos incorporados na escola de 5 horas; aulas duplas e o trabalho dos Professores.

Na Plenária, um representante de cada grupo transmitiu a conclusão do que foi discutido. Falaram sobre a satisfação de terem um espaço para que pais e envolvidos na educação dos alunos pudessem falar sobre o que pensam em relação aos acontecimentos da escola.

A ata da reunião foi escrita no momento em que ela acontecia e era projetada, para que todos pudessem acompanhar o que estava sendo registrado.

#### *Análise da primeira reunião*

Reuniões como esta são de grande importância para a comunidade escolar e para os que exercem o direito de participar e acompanhar o que acontece na escola. Espaço este que foi conquistado após longo período de manifestações visando contribuir com o processo educativo na unidade escolar pública.

Por meio das falas dos participantes tanto nos grupos, como na plenária, notamos que eles tinham argumentos para as reivindicações e que ao fazer isso mostra que conhecem a unidade escolar e sabem o que deve ser feito para melhorá-la.

#### Segunda reunião

Participamos também de uma reunião ordinária do Conselho de Escola. Ela ocorreu no dia 14 de dezembro de 2006 na sala de informática da unidade, cuja pauta da reunião era: Prestação de contas e a respeito do ciclo/ Escola de 9 anos.

O Conselho é composto por 39 membros, no entanto, no dia estavam presentes 4 pais, 3 professores, 1 funcionária (secretaria), a diretora e a vice-diretora.

A diretora mostrou o Plano de Aplicação de recursos/ verba adicional pronto para o primeiro ciclo de alfabetização (6 a 8 anos) que é responsável pelo letramento- antiga 1ª e 2ª séries.

Também foi discutido sobre as instalações do laboratório de ciências, pois não havia sala para montá-lo. Surgiu a proposta de trocar a sala de informática para montar o laboratório de ciências. Um dos professores presentes disse que o Conselho não poderia decidir isso, pois não estava em número significativo e não tinha nem alunos presentes. Os membros presentes não gostaram da idéia, pois, disseram que foram informados da reunião e que não podiam fazer nada pelos ausentes. O presidente do Conselho reforçou a idéia de valer a reunião, pois, disse que fez carta-convocação para todos os membros e encaminhou a secretaria, que fez a distribuição. O professor continuou insistindo que essa era uma decisão muito importante e que deveria ser muito bem pensada antes de tomar qualquer decisão; portanto, a presença dos alunos era essencial.

A diretora informou aos presentes que também deve ocorrer mudanças nos horários de entrada e saída dos alunos pelo fato de alguns professores darem aulas em período contrário em outras instituições. Uma mãe que trabalha com transporte escolar há 16 anos na escola se manifestou contrária a essa mudança, reforçando que estava dizendo isso como mãe.

Além desta mãe, resalto que o presidente do Conselho, que é bastante envolvido com o grupo e é candidato a cargos políticos há alguns anos, mostrou a descrição das atividades de reforma que serão realizadas no prédio a partir do próximo ano, que acompanha bem de perto. A Escola recebeu ajuda da prefeitura para ampliar o prédio e melhorar as condições do mesmo, e essa reforma foi orçada em 1 milhão de reais.

#### *Análise da segunda reunião*

Nesta reunião pudemos notar que muitos membros do Conselho de Escola não estão muito envolvidos e nem participando como deveriam das discussões e decisões em relação às mudanças por qual a escola está passando. Talvez pelo fato de ser a última reunião do ano, ou por não se interessarem/ conhecerem o tema, ou ainda, por terem sido convocados em cima da hora.

Vale ressaltar o conhecimento do professor em relação as normas que regem o Conselho, visto que pediu que remarcesse a reunião a fim de contar com a participação e opinião dos outros membros.

No momento em que a diretora comentou da mudança dos horários de entrada e saída nota-se a manifestação de apenas uma mãe, que se mostrou bastante preocupada

com o fato cujo trabalho é com transporte escolar; destacamos que sua participação se limitou a esta questão.

Vale ressaltar que dos 4 (quatro) pais presentes apenas dois se manifestaram durante a reunião, defendendo interesses particulares; levando a compreender que o peso de sua participação está voltado a interesses que nem sempre correspondem ao desejo da comunidade, quase sempre sem voz nas reuniões do Conselho de Escola.

### **Reflexões finais**

A pesquisa mostrou que a participação da sociedade nas estruturas públicas não é um tema recente e que perdurou por muito tempo. Além disso, teve de passar por diversos momentos políticos que acabaram impedindo a manifestação popular em relação aos acontecimentos da sociedade.

As lutas de grupos bastante insistentes que desejavam mudanças foi aos poucos ganhando espaço na sociedade, garantido por lei, e entrou nas escolas por meio dos Conselhos de Escolas. Esta estrutura participativa reúne especialistas, alunos, pais e comunidade foi criado com o objetivo de promover debates a fim de decidir sobre questões importantes na unidade escolar.

De acordo com as atas analisadas e aqui apresentadas resumidamente, podemos notar a forte participação de três membros, sendo um representante dos professores, um representante dos pais e presidente do Conselho de Escola e a diretora da escola. Foi interessante observar que a presença dos pais é mais intensa nos momentos em que ocorreram discussões bastante polêmicas como a da ampliação da carga didática para 5 horas e a escola de 9 anos com a introdução dos ciclos.

Percebe-se, através das atas que os pais não têm muita voz no grupo e que em alguns momentos não se sentem comprometidos com o órgão que representa. Destacamos, por exemplo, a reunião de 23/03/2006 em que o presidente do Conselho de Escola (pai de aluno) propõe que representantes do órgão cobre da Secretaria de Educação alguns posicionamentos e decisões de relevância para a escola. Mas, uma mãe se posiciona contrária a decisão pois, acredita que isso de nada adiantará; o que deixa o presidente do Conselho bastante decepcionado. No entanto, não o impede de tomar certas atitudes que acredita ser importante e bom para a comunidade, tal como a busca por profissionais para ajudar no projeto da nova biblioteca.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G.L. Os câmbios sociais e as funções da escola pública. In:\_\_\_\_. As funções da escola pública contemporânea. Campo Grande: UFSM; Campinas: Autores Associados, 2001, pp. 187-222.
- ANTUNES, Ângela. Aceita um Conselho?: como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã, v.8)
- AVANCINE, Sérgio L. “Daqui ninguém nos tira”: mães na gestão colegiada da escola pública. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- 1990.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como Política Pública*. São Paulo, Autores Associados, 1997.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura S.C., AGUIAR, Márcia A. S. Gestão da Educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARROS, Crisanto A. S. Conselho de Escola Deliberativo: Desafios da Democratização da Gestão da Escola Pública Paulista. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação- Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do. 05 de Outubro de 1988.
- BRASIL.. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Secretaria da Educação Básica. Brasília- DF. Novembro, 2004. Regulamentação (**Introdução**); **A**: Conselhos Escolares- democratização da escola e construção da cidadania; **B**: Conselho Escolar e a aprendizagem na escola; **C**: Conselho Escolar e o respeito e a valorização dos saber e da cultura do estudante e da comunidade.
- BRASIL. Constituição Brasileira de 1934:  
[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)  
Consultado em 17/05/2008.
- CAMPINAS, 2005. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Vicente Ráo. **Projeto Político Pedagógico**.
- CAMPINAS/SP, Lei nº 6.662 de 10 de outubro de 1991, que dispõe sobre a criação do Conselho de Escola nas unidades educacionais do município de Campinas (<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6662.htm> -capturado em 23/06/2008).
- COSTA, Célio. A educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão iluminista da história. Consultado em 15/05/08  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_030.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_030.html)
- CUNHA, Marcus. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
- DIEZ, Juan José. Família-Escola, uma relação vital. Porto Editora. 1989. Tradução de Dulce de Souza Salgado Vidigal Marinha.



- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Paz e Terra, 2006. 34ª Edição
- GANZELI, Pedro. *Estruturas Participativas na Cidade de Campinas*, 1993. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas- Faculdade de Educação.
- GANZELI, Pedro. **Trabalho Integrado na Escola Pública: participação política pedagógica**. Faculdade de Educação/Unicamp: FAPESP (Projeto de Pesquisa), 2005.
- GUTIERREZ, Gustavo e CATANI, Afrânio. *Participação e Gestão Escolar: conceitos e potencialidades*. In: FERREIRA, Naura S.C. *Gestão democrática da Educação*. São Paulo: Cortez, 2000. 2ª Edição.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. SP: Cortez, 1990.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MALAVAZI, Maria M. S. *Pais e vida escolar dos filhos*. Campinas. 2002. Dissertação Doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP.
- MARTINS, Vicente. *Educação na Constituição de 1988: o artigo 205*. 2001. (Consultado em 25/03/2008 em <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/47/99/479/>)
- MOYSÉS, Lúcia. *O desafio de saber ensinar*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- MOTTA, Fernando C. P. *Administração e participação: reflexões para a educação*. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.2, p. 369-373, jul/dez. 2003.
- NEGRINI, Sandra. *Conselhos de escola: comunidade escolar participativa (?) Educação em foco [UFJF]*, Juiz de Fora: v. 9, n. 1/2, p. 63-84, mar./fev., 2004.
- PARO, Vitor H. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001
- PERINI, Cleide M. F. *Conselho de Escola: limites e possibilidades da gestão democrática*. Araraquara. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual "Júlio Mesquita", UNESP.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ROMÃO, José E.; GADOTTI, Moacir (orgs). *Autonomia da escola- princípios e propostas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, Rosa F. de. *O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas*. Campinas: Ed. da Unicamp Coleção Campiniana, 1998.
- Site da Cidade de Campinas: <http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6662.htm>

**ANEXO 1:**

Quadro 1- Relação dos artigos relativos ao tema- Revista Educação e Sociedade-  
2004/ 2006

<i>TÍTULO DO ARTIGO</i>	<i>AUTOR</i>	<i>VOLUME/ NÚMERO DA REVISTA</i>	<i>DATA DE PUBLICAÇÃO</i>
Retrato da escola no Brasil, sem retoques	Rossi, Vera Lúcia	27/ 94	Janeiro/ Abril 2006
Desafios da educação municipal	Otranto, Célia Regina	27/ 94	Janeiro/ Abril 2006
Criação dos sistemas municipais de ensino	Sarmento, DÍva Chaves	26/ 93	Setembro/ Dezembro 2005
<b>A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos</b>	<b>Boto, Carlota</b>	<b>26/ 92</b>	<b>Outubro 2005</b>
Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania	Krawczyk, Nora Rut	26/ 92	Outubro 2005
Qualidade, negociada: avaliação e contra- regulação na escola pública	Freitas, Luis Carlos de	26/ 92	Outubro 2005
Mu dança com máscaras de inovação	Rossi, Vera Lúcia	26/ 92	Outubro 2005
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências	Arelaro, Lisete Regina	26/ 92	Outubro 2005
As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa.	Alderson, Priscilla	26/ 91	Maió/ Agosto 2005
<b>Crianças e jovens, atores sociais na escola. Como os compreender?</b>	<b>Rayou, Patrick</b>	<b>26/ 91</b>	<b>Maió/ Agosto 2005</b>
<b>As práticas educativas parentais e a experiência das crianças</b>	<b>Montandon, Cleópatre</b>	<b>26/ 91</b>	<b>Maió/ Agosto 2005</b>
Pais na creche: a arte do diálogo entre educadores e família	Carvalho, Ana Maria	26/ 91	Maió/ Agosto 2005
<b>As práticas socializadoras familiares como locus de constituição de disposições facilitadoras de longevidade escolar em meios populares</b>	<b>Vianna, Maria José Braga</b>	<b>26/ 90</b>	<b>Janeiro/ Abril 2005</b>
<b>O programa FUNDESCOLA: concepções, objetivos, componentes e abrangência- a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas</b>	<b>Oliveira, João Ferreira Fonseca, Marília Toschi, Mirza S.</b>	<b>26/ 90</b>	<b>Janeiro/ Abril 2005</b>
<b>Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na "cultura globalizada"</b>	<b>Ferreira, Naura Syria</b>	<b>25/ 89</b>	<b>Setembro/ Dezembro 2005</b>
A escola da periferia: escolaridade e segregação nos subúrbios	Vasconcellos, Maria Drosila	25/ 86	Abril 2004

Fonte: elaborada pela autora

## ANEXO 2- Fichamento dos textos da Revista Educação e Sociedade

Nos artigos selecionados e lidos da revista Educação e Sociedade, nota-se a defesa pela maior participação da comunidade no processo escolar através da gestão democrática.

Em OTRANTO (2006) e SARMENTO (2005) nota-se a influência do processo de municipalização para a democratização através de movimentos sociais que condenam o autoritarismo, marcados com propostas de uma democracia substantiva que ultrapasse os marcos da representação parlamentar; isso se deu por meio dos Conselhos e de outras organizações que passaram a participar mais das decisões da escola. Porém, será que isso aumentará a autonomia dos municípios? Em OTRANTO (2006) comenta-se o aumento da dependência deles em relação aos estados com esse processo.

Os autores SARMENTO (2005) e KRAWCZK (2005) compartilham de idéias semelhantes em relação a visão do Estado a respeito da democracia social, baseada no princípio da igualdade de oportunidades. Porém, dizem que atrás desse princípio estão interesses neoliberais do mesmo a fim de ter um menor comprometimento com a educação dando brechas para a descentralização e privatização com o objetivo de dar mais autonomia às escolas a fim de estimular a competição entre as escolas públicas e privadas.

Os Conselhos Municipais de Educação passaram a serem valorizados e vistos como parte fundamental do sistema, pois, neles estavam inseridos além dos profissionais de educação, membros da comunidade, representados pelos pais de alunos e alunos. A participação desses que estão na escola e para quem ela é feita, é de grande importância, por dois principais motivos. O primeiro é que eles ganham mais autonomia ao expor suas idéias e dar contribuições para a escola, o outro é para provar para alguns adultos que as crianças e jovens tem boas idéias e compreendem a realidade em que estão inseridos, pois, ainda há a crença de que os alunos não precisam ou não podem exprimir seu próprio consentimento conforme diz ALDERSON (2005).

Os artigos de CARVALHO (2005), ROSSI (2005) e FREITAS (2005) abordam a participação dos pais na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola visando aproximar as duas instituições que mais interferem para o bem-estar da criança. O processo de decisão da gestão do PPP assegura o conflito de idéias e de valores bem como a estreita relação com grupos tal como: Conselho de Escola; APM; Grêmios

estudantis; bem como entre todos os sujeitos da escola, a comunidade e autoridades públicas.

KRAWCZK (2005) também fala da participação da comunidade escolar do Brasil com alguns países latino-americanos e cita a década de 80 como destaque da participação da população nas decisões do governo incluindo o âmbito educacional, idéia reforçada por SARMENTO (2005).

FREITAS (2005) nos explica que, para que exista a participação, é fundamental a motivação e a mobilização das escolas, individualmente, a fim de construir um meio para melhorar. Especialistas das redes públicas e das universidades podem ajudar no processo. Cabe ressaltar a importância da equipe gestora, enquanto mediadora das relações internas na unidade escolar.